

Carlos Vieira Faria, *Novo Fenómeno Urbano: Aglomeração de Setúbal*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1981.

1. Um bom ponto de partida para o estudo do fenómeno urbano, como para qualquer outro estudo, é tentar determinar o porquê do seu aparecimento histórico. E aí, sem dúvida, «o fenómeno urbano só emerge da estrutura social de uma sociedade quando as forças produtivas apresentam um significativo grau de desenvolvimento e, por conseguinte, quando a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, desempenham um papel determinante na vida económica e social» (CVF, p. 14). A propósito gostaríamos aqui de chamar a atenção para os mecanismos que permitem a Cantillon (*Essai sur la Nature du Commerce en Général*) explicar o processo de formação das «aldeias»/«burgos»/«cidades»/«capital» permitindo ter uma «paisagem» espacial organizada «racionalmente». O tipo de mecanismo proposto afasta-se, pelo menos aparentemente, do referenciado por CVF. De facto, no mecanismo proposto por Cantillon assumem particular relevo elementos como os custos de transporte, economias de tempo, fertilidade do solo, sistema de trocas, estrutura do consumo da classe no poder e condições naturais.

Assim se compreende que o estudo do «urbano» (da «cidade») não passe só pela quantificação do seu número de habitantes (e sua evolução), da sua superfície, da densidade populacional, etc. Até porque as «funções» desempenhadas pelos centros urbanos não surgem, por esta via, visíveis e nessas funções estão precisamente incluídas aquelas que permitem perpetuar «a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção». Surge assim, como metodologicamente válido e importante, o conceito de «sistema urbano», porque habitar/trabalhar, tempos livres/'espaços' onde ocupá-los, etc. relevam de elementos — a habitação, o lazer, o trabalho, as compras e outros — necessariamente inter-relacionados, estruturando um «todo» (sobre o conceito de «sistema» ver

von Bertalanffy em *Théorie Générale des Systèmes*. Está-se, no entanto, consciente do carácter não unívoco da definição de sistema e das questões que podem levar a identificar este conceito com o de estrutura).

2. Assim se percebe e justifica que as principais questões que interessam ao autor sejam (1) saber «qual a evolução das forças produtivas do modo de produção capitalista (MPC) português», (2) «compreender o processo de produção dos diferentes elementos do sistema urbano (...) e das contradições urbanas (...) resultantes dum modo específico de localização das grandes unidades industriais e (3) analisar o papel do agente Estado no «processo de urbanização», até mesmo ao nível da sua intervenção directa, via planeamento urbano, no sentido de perceber o grau de «eficácia técnica e social» deste (CVF, p. 17).

Dois problemas se podem levantar: (a) o de que existe um padrão específico de localização das grandes unidades industriais — o que traz como consequência que talvez haja formas específicas de comportamento dos agentes sócio-económicos na selecção das suas localizações (donde, com Richardson em *Economía del Urbanismo*, «toda a tentativa de construir uma teoria geral de localização urbana tem que resultar insatisfatória») (b) o do planeamento (urbano, ou mesmo de qualquer outro tipo) e da sua eficácia, técnica e social no controlo da evolução das variáveis do sistema numa sociedade cada vez mais a cair no «salve-se quem puder» e no liberalismo mais retrógrado. Atente-se no facto de que certos autores (Richardson, McLoughlin, Chadwick) pensam o processo de planeamento para uma sociedade sem conflitos, no sentido de que a finalidade desse mesmo processo é controlar a evolução das variáveis do sistema (económico capitalista) para que as «erupções» negativas deste não se manifestem.

3. Por outro lado é interessante notar a forma como a 'base económica' de Setúbal evoluiu. Partindo duma situação de mono-indústria (conserveira, de aproveitamento dos recursos existentes) «transformou-se numa unidade de produção complexa» e dependente (CVF, p. 55) — complexa porque abrange os mais diversificados sectores de actividade, dependente porque os centros de decisão estão situados fora de Setúbal. E isto porquê? Porque, acompanhando o ritmo de crescimento verificado no país nos anos 60, as unidades industriais aproveitaram localizar-se numa zona que desfrutava de vias de comunicação, proximidade de Lisboa e força de trabalho, tudo isto no sentido de aproveitar as «vantagens da concentração espacial dos meios de produção e consumo» (CVF) — eco-

nomias de aglomeração, externas. E aqui parece-me haver alguma confusão do autor entre economias internas e externas. De facto, uma coisa é uma decisão de localização duma unidade produtiva em determinado local, pelo facto de já lá se encontrarem localizadas outras unidades, outra coisa é a determinação do nível «óptimo» de produção duma empresa.

Enquanto factor importante na localização das unidades produtivas, da habitação, etc., não é de surpreender que o papel da rede viária seja analisado, tanto mais que se poderia pensar que o «complexo viário enferma do perigo de acentuar a dependência de Setúbal em relação a Lisboa». Só que «o mesmo perigo existiu em 1966, (...) e, apesar de tudo, Setúbal aumentou a sua função de centro urbano de funções regionais, ampliando a sua área de influência e não deixando de manter um equilíbrio desejável entre o emprego e a população activa residente» (CVF, p. 73).

Apesar do que se afirma na transcrição acima a dependência de Setúbal em relação a Lisboa pode acentuar-se a outros níveis, que não ao nível da «função de centro urbano de funções regionais». Na realidade a forma como o sistema produtivo de Setúbal evoluiu vai-o tornando cada vez mais dependente ao nível da administração, ao nível do fornecimento de *inputs* e da colocação de *outputs*.

4. Por último parece-nos importante o referencial teórico que está por detrás do estudo da «Produção do sistema urbano». Assumem particular significado os conceitos de 'sistema urbano' e 'estrutura social', enquanto combinação de instâncias e estas de elementos.

Em esquema

P-T-C	— instância económica	P	— produção,	T	— troca,
G	— instância político/ /institucional	C	— consumo		
S	— instância ideológica	G	— gestão	S	— simbólica

Nos elementos do sistema urbano considera CVF:

i) Habitação, concluindo pelo desajustamento entre a procura de habitação e a sua produção (oferta), o que origina a «crise de habitação», «consequência(s) do desenvolvimento económico próprio da sociedade onde o MPC é dominante», o que se traduz «na impossibilidade do sistema capitalista em produzir os meios colectivos de consumo — a habitação, em especial —, dado o carácter não rentável da produção dos mesmos» (CVF, p. 106/7).

A leitura do texto alerta-nos para duas especificações:  
 — Se existe 'crise de habitação' nas sociedades onde domina o MPC, ela não se manifesta necessariamente da mesma maneira na Suécia ou em Portugal. Donde, haveria que adjectivar o termo «capitalismo» — e «dependente» talvez seja o termo.

— Haveria que explicitar que a 'crise de habitação' não existe genericamente — existe para determinadas classes sociais, porque, caso contrário, não poderia perceber-se que «Esta produção habitacional, (...), destinava-se a grupos sociais, cuja capacidade de solvência económica justificava o requinte de acabamento e garantia uma maior margem de lucro aos promotores» (CVF, p. 114/5).

ii) Transportes urbanos — a análise surge ao nível da mobilidade (mercadorias, bens e serviços, pessoas). Chama-se a atenção para uma possível via de desenvolvimento do estudo: tentar encontrar, ao longo do dia, os principais 'picos', períodos de tempo de maior volume de tráfego, para os principais meios de transporte, tanto mais que são «cerca de 7 000 [os] que, vivendo no exterior do concelho, têm aqui o seu posto de trabalho» (CVF, p. 127), para se concluir, ou não, pela existência de estrangulamentos, geradores de desequilíbrios. Até porque se chega à conclusão de se ter um «esquema de transportes colectivos urbanos em meia-estrela» (CVF, p. 133), o que significa a existência de um 'nó', localizado, parece, no centro da cidade, simultaneamente «centro comercial».

iii) Ao nível do planeamento urbano incluem-se na análise três elementos: as instituições de planeamento, os planos de urbanização, a prática urbanística.

Tem o autor destas linhas dúvidas sobre a decomposição analítica da política urbana em planeamento urbano e movimentos sociais urbanos. E isto porque se pensa que as medidas de política não-de surgir integradas num todo coerente — o(s) plano(s) — sendo que na sua formulação e implementação não-de estar movimentos sociais urbanos.

No trabalho em análise o planeamento urbano de Setúbal é dividido, temporalmente, em dois períodos:

(a) antes de 25 de Abril de 74, em que o planeamento urbano se sujeitava a uma «política centralizadora [que] determinou a impossibilidade de as Câmaras Municipais conduzirem uma acção urbanística frente ao poder estrangulador dos proprietários do solo fundiário, uma vez que as leis de

solos não representavam mais do que a defesa dos interesses dos proprietários fundiários, sendo a expropriação uma excepção e a 'justa indemnização' a regra» (CVF, p. 136);

(b) depois do 25 de Abril, num contexto político/económico/social diferente, houve já possibilidade de o Gabinete de Planeamento de Setúbal elaborar, até, «um Plano Concelhio com a finalidade, não só de permitir ao Município actuar sobre a especulação fundiária, incidindo na passagem de terrenos rurais a terrenos urbanos e na apropriação da renda diferencial ou expectante, mas também de integrar o planeamento dos aglomerados suburbanos e rurais no conjunto urbano» (CVF, p. 147).

A propósito deste assunto gostaríamos de chamar a atenção para o seguinte:

(a) talvez o autor devesse desenvolver um pouco mais a questão da renda fundiária, no sentido de melhor se perceber a relação renda fundiária/especulação fundiária;

(b) parece ter sido dado um peso excessivo ao planeamento físico, não tendo sequer havido a integração do planeamento local nos outros níveis de planeamento.

iv) No final da obra em análise surge uma das partes mais atraentes — o estudo da simbólica urbana. Partindo da ideia de que «a simbólica é a relação afectiva com o espaço onde se projecta aquilo que falta às pessoas» (CVF, p. 154). Ezra Park afirmava que «a cidade é um estado de espírito, (...); é um produto da natureza e particularmente da natureza humana», consegue chegar-se a uma «zonização» do espaço tendo presente um certo conjunto de dicotomias: recente/antigo, centro/periferia, etc.

Chama-se a atenção das pessoas, até pelo efeito demonstração que possa ter, para o facto do «centro-cidade» estar vedado «ao trânsito automóvel constituindo (...) uma inovação com vantagens para compradores e vendedores e criando na cidade uma área de circulação livre para o peão, permitindo o 'passeio' (nas ruas) tão próprio da urbe mediterrânea. Esta zona (...) é, afinal, uma sobrevivência positiva da estrutura funcional de há uns séculos atrás» (CVF, p. 165). Em termos conclusivos: «o centro-cidade de Setúbal desempenha um papel importante a nível da aglomeração no domínio das trocas (comerciais), da animação cultural, do lazer, numa palavra, da simbólica urbana. Escrevemos 'ainda' porque receamos que o não seja num futuro próximo, a menos que a ameaça da 'lepra' da renovação urbana seja impedida de apoderar-se e

de destruir o tecido urbano e a trama social subjacente, por acção combinada dos seus moradores, dos habitantes da aglomeração urbana e da Câmara Municipal» (CVF, p. 169) — não se está, hoje, tão optimista sobre as possibilidades de *participação* das pessoas, na medida em que a lógica das coisas tem caminhado no sentido da *não-participação*.

*Bernardo Campos*

C. Dreyfus, *Psicoterapias de Grupo* (Psicologia moderna)  
Lisboa - São Paulo, Verbo, 1980.

Há bastante tempo já (desde os anos 30 e 40, para marcarmos um início com os estudos de Moreno e de K. Lewin) que os pequenos grupos despertam o interesse nas ciências humanas. Se inicialmente se tratavam de grupos experimentais de observação do comportamento, pouco a pouco eles transformaram-se em grupos de formação, grupos de evolução pessoal, grupos de encontro... Sobretudo a partir dos anos 60, estes grupos de origens e de perspectivas variadas, praticamente todos reagrupados na orla do «movimento humanista», ficaram em voga nos Estados Unidos e têm vindo a ser difundidos na Europa nos últimos 10 anos. Estes grupos surgem-nos em Portugal, transportados pela onda de entusiasmo que os viu aparecer, mas acompanhados também de manuais de apresentação dos diversos tipos de grupos existentes e das primeiras reflexões críticas.

É neste contexto que podemos situar o livro de C. Dreyfus, *Psicoterapias de grupo*. O livro tem, com efeito, como objectivo geral «perante a multiplicidade das técnicas propostas, (...) traçar um panorama susceptível de ajudar o neófito desejoso de tentar a aventura», (p. 15). O livro descreve para este fim a origem histórica e teórica de cada um dos tipos de grupos considerados, sobretudo as técnicas vindas de Esalen na Califórnia e, deste ponto de vista, o essencial é examinado, visto o sumário anunciar capítulos como: — Moreno e o psicodrama, — Lewin e a dinâmica de grupo, — O movimento do desenvolvimento do potencial humano (Rogers), — A descoberta do não-verbal com a bioernegia, o «rolfing» e a integração postural... — Os diálogos imaginários com a terapia da Gestalt e a Análise transaccional, e outros ainda mais radicais como a terapia primal e a terapia pelo grito, o Est e o Rebirth, e, por fim, o misticismo e o exotismo dos grupos Alpha e da escola Arica.

O ponto de vista adoptado é original visto C. Dreyfus ser jornalista: «Não sou psiquiatra nem psicóloga profissional; o meu testemunho será o de uma participante que, em 4 anos de prática dos grupos, teve a oportunidade de assistir a muita coisa (...) recorrerei em larga medida à reportagem» (p. 16).

Pelo ponto de vista pessoal que adopta, — o estilo jornalístico e a reportagem de várias experiências pessoais vividas nos grupos (e de descrições de exemplos do modo como o grupo funciona no concreto), o livro diferencia-se de outros como o também conhecido e anterior de A. Ancelin-Schutzenberger, a pioneira dos pequenos grupos na França: *Le corps et le groupe* <sup>(1)</sup>: A. Ancelin-Schutzenberger apresenta igualmente um panorama das técnicas de grupo mas enquanto terapeuta situada neste leque de técnicas terapêuticas, o que dá outras conotações à obra.

Mas a obra de C. Dreyfus é também crítica e o tom é sempre justo: observador, depois reflexivo e crítico e de uma doce (e terna) ironia.

Acrescenta-se que o livro é concebido de uma forma extremamente prática: é rico em pequenas notas históricas e explicativas e em referências bibliográficas das mais preciosas, situadas de uma forma muito agradável nas margens.

O livro é estruturado segundo um plano tanto histórico como lógico: ele mostra a evolução do movimento humanista e a(s) sua(s) razão(es).

Não resumiremos aqui a apresentação dos diferentes autores e correntes realizada por C. Dreyfus. Cada apresentação insere o autor e a corrente no seu contexto, descreve o funcionamento dos grupos, introduz os conceitos e técnicas principais nesta perspectiva.

Resumiremos antes a reflexão geral sobre o movimento humanista que este livro conduz igualmente nos sucessivos capítulos.

O movimento humanista surge da conjunção de dois acontecimentos: um factual e histórico (a evolução das experiências de grupo) e um outro a que chamaríamos «filosófico»: o aparecimento da teoria do desenvolvimento do potencial humano (C. Rogers; A. Maslow).

(1) A. Ancelin-Schutzenberger, *Le corps et le groupe*, Paris, Privat, 1977. A literatura neste domínio é já naturalmente abundante. Citamos este livro por se encontrar no mesmo contexto do livro de C. Dreyfus embora de um ponto de vista diferente. A. Ancelin-Schutzenberger é terapeuta e é considerada como a pioneira dos «pequenos grupos» na França.

C. Dreyfus descreve deste modo esta evolução particular das experiências de grupo: «Por volta do início dos anos 60, produz-se no desenvolvimento das experiências de grupo uma evolução que se assemelha a uma autêntica explosão. Os grupos clássicos» (dinâmica de grupo, psicodrama) e os grupos de formação, ao mesmo tempo que prosseguem o seu crescimento, vêm-se de súbito «ultrapassados pela esquerda» por uma vaga de grupos de um estilo novo. O Movimento de Desenvolvimento do Potencial Humano acaba de nascer. Em dez anos, vai invadir os Estados Unidos, propagando, através do tradicional e puritano *American Way of Life* da burguesia abastada, ondas de choque comparáveis às que suscitava já a emergência da «contracultura» contestatária e *hippie*. Mas desta vez não são apenas os jovens que «fazem a viagem». Invaídos pelo frenesi daquilo a que Bill Schultz, um veterano de Harvard e do N.T.L., transformado num dos «papas» do movimento, chamara, num jogo de palavras intraduzível em português, a *encounter-culture*, tudo o que os Estados Unidos possuem de jovens quadros brilhantes, de intelectuais e de burgueses a par das últimas novidades põe-se alegremente a deitar o bom-tom pela borda fora.» (p. 78)

Mas a corrente humanista representa também uma concepção de vida. O essencial desta filosofia, que tem as suas raízes no existencialismo, reside sem dúvida na fé absoluta na liberdade e na possibilidade do desenvolvimento humano. Este núcleo de liberdade autêntica é a maior parte das vezes abafado. A terapia, em grupo ou individual, baseada na transparência, na empatia e na escuta positiva incondicional permitirão revelar novamente o ser humano na sua «personalidade ideal» (C. Rogers).

Estas duas fontes do movimento humanista: as novas experiências de grupo e a filosofia do desenvolvimento do potencial humano coincidem numa ideologia comum que C. Dreyfus chama «uma religião da existência» cujas origens descreve da seguinte forma: «A sociedade americana do pós-guerra atomiza-se cada vez mais, a mobilidade profissional provoca um desarraigamento constante num número crescente de indivíduos, a sensação de perda de comunidade e de raízes. Os psicoterapeutas vêm chegar cada vez em maior número aos seus consultórios indivíduos que não reagem muito mal segundo os critérios clássicos da saúde mental: são casados, sem problemas, pais de família, o seu êxito profissional é satisfatório. Mas sentem-se «mortos» e reclamam um «suplemento de ser.» (p. 95). As técnicas já existentes: psicanálise, behaviorismo pouco os podem ajudar. E para responder a este novo tipo de

pedido que os grupos «nouvelle vague»: bioenergias, Gestalt, Análise transaccional... descritos nos restantes capítulos do livro vão surgir e organizar-se.

O que há de positivo nestes grupos é o facto de constituírem um lugar de liberdade e de autonomia através de algumas experiências, como por exemplo: «o abandono das máscaras da convenção social, o retorno à franqueza dos sentimentos no «aqui e agora» (...), o reencontro com o próprio corpo, a procura da autenticidade» (p. 78).

Esta experiência privilegiada que culmina com a experiência paroxística (*peak experience*) merece no entanto ser interrogada. Para além da ironia que pode ver nisso o surgimento de uma religião leiga, que promete o paraíso para já, para o próximo fim de semana, outras objecções poderão surgir<sup>(2)</sup>:

1.º Estas técnicas favorecem a regressão e a passagem ao acto.

Esta objecção parece-nos real e constitui um dos mais perigosos aspectos destas técnicas; contudo este perigo não é apenas exclusivo delas.

2.º Estas técnicas não respeitam a temporalidade necessária à compreensão e violentam a vida íntima.

É verdade que estas técnicas são intervenções curtas. Embora isso seja ao mesmo tempo uma vantagem. O aspecto de violentação da vida íntima parece apenas relativa à conduta do processo pelo animador.

3.º Estas técnicas não curam, não ultrapassam o nível da ab-reacção; apesar de permitirem uma tomada de consciência e um certo relaxamento, estes não chegam a ser decisivos.

Estas técnicas não são, com efeito, para intervenção nos casos de problemas psicopatológicos graves. Elas correspondem, como já dissemos, a um tipo de pedido diferente e relativo aos «problemas existenciais». Neste caso não há nada, na verdade, a curar, senão o mal de viver. As técnicas propostas resultam precisamente a este nível; elas permitem apaziguar qualquer coisa deste mal de viver.

---

(<sup>2</sup>) Faremos surgir estas críticas, tal como C. Dreyfus, a partir da psicanálise, que é o sistema teórico próximo da teoria humanista. A partir do behaviorismo, a rejeição ainda é mais global e mais radical.

Resumimos as objecções a partir das pgs. 43-4 do livro. Estas objecções são apenas apresentadas por C. Dreyfus? Tentaremos responder-lhes.

Este livro de C. Dreyfus permite portanto, como vimos, fazer uma certa caminhada por entre os diferentes tipos de grupos e de conduzir ao mesmo tempo uma reflexão crítica sobre o movimento humanista.

*Brigitte Detry Cardoso e Cunha*

M. Andolfi, *A Terapia Familiar* (Col. Universidade/Ciências do comportamento), Lisboa, Vega, 1981.

A preocupação com a família como objecto de intervenção psicológica surgiu nos E.U.A. e teve nos anos 50 um grande desenvolvimento, quer ao nível das técnicas de intervenção, quer ao nível teórico. Neste campo surgiram teorizações radicalmente diferentes dos modelos psicológicos, então existentes, utilizando uma conceptualização das dinâmicas do grupo familiar contributo da T.G.S. (Teoria geral dos sistemas), da Cibernética, da T.C. (Teoria da comunicação), etc.

É nesta perspectiva sistémica que se enquadra esta obra de M. Andolfi, o primeiro livro sobre terapia familiar a ser editado em Portugal.

A família é vista como um sistema aberto, auto-regulado e tendo por objectivo assegurar o crescimento psico-social dos seus membros mantendo-se através dum equilíbrio dinâmico entre mecanismos de homeostase e mecanismos de transformação.

Fundamentalmente, prespectivando os problemas individuais numa óptica sistémica, abandona-se o modelo causal linear que está subjacente a todos os modelos de intervenção psicológica tradicionais, passando-se a abordar o comportamento individual como uma função do sistema relacional em que o indivíduo está inserido e por consequência influenciando e sendo influenciado pela totalidade desse sistema: Bertalanffy define um sistema como uma ordem dinâmica de partes e processos entre os quais se exercem interacções recíprocas. Um sistema é portanto uma totalidade e a modificação de um dos seus elementos provoca a modificação de todo o sistema, modificação essa que se vai repercutir de novo sobre o elemento «inicial», circularmente. Assim, só arbitrariamente se pode definir o «ponto de partida» numa sequência de factos ocorridos no sistema. Passa-se então de um modelo linear de causalidade para um modelo de causalidade circular.

Em termos do modelo terapêutico esta perspectiva traduz-se pela abordagem global do grupo familiar, pela obser-

vação das *redundâncias comportamentais* entre os seus membros reveladoras das regras do sistema, pela tentativa de situar o sintoma manifesto num dos seus membros na rede de relações existentes entre eles, isto é, interpretar o sintoma individual como uma mensagem cujo significado nos é revelado pelo contexto relacional em que surge.

Neste livro, Andolfi descreve a passagem do modelo de intervenção psicológica individual para o modelo sistémico, numa perspectiva essencialmente prática, fornecendo pistas para a actuação, numa situação terapêutica bastante mais complexa em que a atenção se desloca da problemática individual para as relações existentes entre os membros de um grupo com uma história e regras de funcionamento próprias.

Adolfi descreve as várias fases da primeira entrevista, salientando a passagem de uma posição inicialmente central do terapeuta, na qual ele se dirige individualmente a cada membro da família pedindo uma descrição do problema para uma posição mais periférica em que observa a família em interacção, discutindo o problema apresentado.

Na 1.<sup>a</sup> fase a posição central do terapeuta permite-lhe recolher informações sobre o problema, as expectativas da família em relação à terapia e o grau de autonomia individual dos seus membros. Ao mesmo tempo estabelece de forma implícita uma das regras fundamentais que é o direito à livre expressão por parte de cada um dos membros da família.

Numa 2.<sup>a</sup> fase, activando as comunicações directas entre os membros da família sobre o problema ou outras questões relacionadas, o terapeuta ocupa uma posição menos central recebendo deste modo informações sobre a estrutura da família e os seus padrões transaccionais o que lhe permite construir hipóteses sobre as sequências interactivas funcionais (isto é, que permitem à família atingir os seus objectivos) e sequências disfuncionais (que mantêm a homeostase familiar à custa dum dos seus membros). O objectivo terapêutico é definido a partir destas observações de forma a implicar todos os membros da família na resolução do problema.

Um dos obstáculos a que o sistema familiar actualize as suas capacidades de resolução dos problemas é o conjunto de definições, afectos e atitudes relativos ao problema que traz para a situação terapêutica. Andolfi estabelece como um dos primeiros movimentos terapêuticos a redefinição de um «contexto de loucura», tipo de situação em que a família aceita tudo o que o doente identificado faz «porque ele é louco», que pode ser feita pelo terapeuta utilizando a sua própria «loucura», isto é, demonstrando o aspecto reversível e voluntário do papel de

«louco», retirando assim à loucura o seu aspecto de qualquer coisa incontrollável e irremediável.

A redifinição do contexto e a redifinição do problema da família são dois aspectos fundamentais da terapia familiar. Visam ambos reactivar as capacidades auto-terapêuticas do sistema familiar, torná-lo protagonista da sua própria mudança, situando o problema num contexto interactivo, isto é, «defini-lo como resultante de e influenciando os padrões interaccionais da família e, por consequência controlável e utilizável no desenvolvimento dessas mesmas formas de relacionamento».

Andolfi refere-se ainda aos métodos específicos de intervenção nomeadamente às prescrições utilizadas como meio de obter mudança. Porque o conceito de mudança é sujeito também a uma redefinição no contexto sistémico familiar (não se trata de resolver os sintomas dum indivíduo, mas intervir profundamente em todos os membros do sistema familiar, facilitando-lhes a descoberta de novos modelos transaccionais que eliminem a necessidade do comportamento sintomático) as prescrições como meio de mudança constituem em si uma redefinição das técnicas de intervenção terapêutica. Isto porque elas são dirigidas directa ou indirectamente a toda a família ou a alguns dos seus membros e não mais ao indivíduo sintomático como nas abordagens tradicionais. Além disso, as prescrições são usadas não só para promover a mudança mas também para criar um certo ambiente terapêutico (com determinadas regras) e para amplificar o processo terapêutico quando assumem a forma de «trabalho de casa». O que é importante é o valor de comunicação que têm estas prescrições, como mensagens dirigidas implícita ou explicitamente a todo o sistema, e às quais este vai reagir na sua totalidade.

Um dos aspectos que nos parece mais interessantes neste livro é a preocupação que Andolfi manifesta em relação aos outros sistemas, à sociedade mais global, com os quais o sistema familiar interage: «a intervenção familiar torna-se também parcial e não consistente com as suas premissas teóricas, se não permitir a inclusão no seu campo de pesquisas das outras realidades significativas que interagem com a família, ou seja a escola, o trabalho de amigos, o trabalho dos pais, o bairro, a vizinhança», etc.

Esta preocupação, que não é tão evidente entre os autores norte-americanos, à excepção de Salvador Minuchin (que é aliás abundantemente citado neste livro) é quanto a nós, extremamente importante por recolocar os aspectos teóricos e técnicos num contexto social e político, cultural e económico mais

alargado, evitando assim a esterelização «tecnocrática» de terapia familiar.

Assim, a perspectiva alargada deste livro, bem como o seu carácter prático e a sua linguagem clara, possibilitam uma iniciação razoável à perspectiva sistémica em terapia familiar, apesar de apresentação algo superficial dos conceitos teóricos mais fundamentais (agravada pela ausência total de referências bibliográficas).

*José Keating*  
*Filomena Jordão*  
*José Paulo Almeida*